

Economia e Relações Internacionais no Governo Goulart:

o caso do Plano Trienal (1963)
Felipe Pereira Loureiro

Como citar: LOUREIRO, F. L. Economia e Relações Internacionais no Governo Goulart: o caso do Plano Trienal (1963). *In*: VIEIRA, R. D. L. (org.). **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.143-164. DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-573-5.p143-164>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO GOVERNO GOULART: O CASO DO PLANO TRIENAL (1963)

Felipe Pereira Loureiro

O aniversário de 50 anos do golpe civil-militar de 1964 abriu uma excelente oportunidade para revisitarmos um dos episódios mais marcantes e decisivos da história contemporânea brasileira. Uma vasta gama de publicações e eventos sobre o golpe e o governo Goulart (1961-1964) surgiu ao longo de 2014, abordando aspectos variados do período, da crise político-militar às manifestações culturais e estudantis, do movimento operário à repressão aos grupos e partidos de esquerda.¹ Como não poderia deixar de ser, a participação do governo norte-americano na trama que levou à queda de João Goulart também foi tema de destaque, apesar de ainda serem relativamente poucos os trabalhos que analisam essa relação de modo original e com base em novas evidências

¹ Ver, por exemplo, Ferreira e Gomes (2014); Napolitano (2014); Motta (2014); Reis (2014); e Motta, Reis e Ridenti (2014).

empíricas. A desclassificação de documentos nos anos 1970 que comprovaram a existência de uma estratégia de apoio logístico-militar dos Estados Unidos aos golpistas brasileiros (a chamada “Operação Brother Sam”) produziu à época uma grande quantidade de estudos sobre o papel de Washington no golpe.² Apesar de essa participação hoje ser vista como incontestável pelos principais estudiosos no assunto, tem-se a impressão, muitas vezes, de que os Estados Unidos teriam tentado minar e desestabilizar a administração Goulart desde o início, utilizando-se, para tanto, de táticas diretas e indiretas, que incluíam apoio velado a governadores de oposição (a dita “política de ilhas de sanidade administrativa”), sustentação de grupos políticos anti-Goulart (como o famoso complexo IPES-IBAD) e articulação de grupos civis e militares golpistas.

Recentemente, no entanto, essa perspectiva vem sendo relativizada por alguns trabalhos, que apontam o quanto as relações entre Brasil e Estados Unidos no início dos anos 1960 teriam sido muito mais complexas e multifacetadas do que previamente se imaginara, atravessando momentos distintos. Carlos Fico (2008), por exemplo, argumenta que seria preciso diferenciar o que o autor chama de fases de “desestabilização” e de “conspiração” dos Estados Unidos diante de Goulart, sendo a primeira marcada, sobretudo, pelas tentativas de enfraquecer politicamente o presidente, mas dentro da institucionalidade democrática (isto é, dentro da perspectiva de que o melhor seria aguentar Goulart até o final do mandato, que terminaria em janeiro de 1966), enquanto a segunda – predominante, na visão do autor, a partir de meados de 1963 – teria se caracterizado pelo objetivo de retirar Jango imediatamente do poder por vias golpistas. Longe de constituir apenas um debate semântico, a perspectiva de caracterização das relações Brasil-Estados Unidos no período Goulart por meio de fases permite que se compreenda melhor a natureza e a intensidade das restrições externas que a administração Jango enfrentou durante seu curto período de existência. Afinal de contas, faz uma enorme diferença saber, do ponto de vista da governabilidade da administração Goulart, se a potência hegemônica do hemisfério objetivava, em determinado momento, domes-

² Exemplos nesse sentido são os estudos pioneiros de Black (1977) e Parker (1979). Apesar de não terem focado na ajuda logística e militar dos Estados Unidos aos golpistas brasileiros, os trabalhos de Dreifuss (1981) e Bandeira (1983) constituem referências obrigatórias para a evolução do entendimento das relações Brasil e Estados Unidos no governo Goulart.

ticar e enfraquecer o presidente brasileiro, ou se, na verdade, o intuito seria o de derrubá-lo, fechando portas para um diálogo.

Esse debate sobre as fases da relação entre Brasil e Estados Unidos no contexto pré-golpe de 1964 ganha ainda maior pertinência quando se analisam questões econômicas, que também tem atraído pouca atenção de estudiosos, sobretudo quando comparadas às temáticas políticas, sociais e culturais. Como vários autores reconhecem, sem um aprofundado entendimento das dinâmicas econômicas do período 1961-1964, o golpe civil-militar de 1964 torna-se incompreensível. Jango assumiu a presidência da República em setembro de 1961 tendo o país uma situação econômica frágil, marcada por sérias instabilidades e desequilíbrios. O forte crescimento da economia no pós-guerra (média de expansão de 6% ao ano entre 1946 e 1962), puxado por um intenso processo de industrialização substitutiva (com a indústria de transformação crescendo, em média, mais de 9% ao ano no período), mudou estruturalmente o país, não somente em termos da rápida perda de importância relativa do setor primário na composição do produto doméstico, mas também em decorrência de um intenso processo de urbanização. Ao final da década de 1950, quatro conjuntos de desequilíbrios eram evidentes: em primeiro lugar, desequilíbrios setoriais, tanto do ponto de vista de um insuficiente crescimento do setor agropecuário em comparação à expansão da população urbana, quanto em razão de desconexões entre o crescimento dos setores produtivo e financeiro (setor bancário e mercado de capitais), impondo limites à continuidade do financiamento do processo de desenvolvimento; em segundo lugar, desequilíbrios regionais e sociais, como decorrência da intensificação do processo de industrialização, que aprofundou desigualdades de renda entre regiões do país e entre classes sociais; em terceiro, desequilíbrios externos, expressos em déficits cada vez mais estruturais nas transações correntes do país, que precisavam ser cobertos pelo ingresso de capitais, muitos dos quais com perfil curto-prazista e com custos proibitivos; e, por fim, desequilíbrios no nível de preços, em razão de um processo inflacionário que passava a se tornar preocupante e que começava a criar sérios obstáculos à continuidade do próprio crescimento da economia.

Apesar de os desequilíbrios setorial, regional e social terem se manifestado, em graus diversos, durante a administração Goulart – vide, por

exemplo, a intensificação de manifestações sociais em prol de reformas de estrutura, tanto nas cidades, quanto, sobretudo, nas áreas rurais –, foram os desequilíbrios externos e no nível de preços que traziam maior preocupação, em especial o primeiro. Isso se devia à capacidade que esses desequilíbrios tinham de causar danos imediatos à economia e à sociedade brasileiras, ameaçando a estabilidade do regime. As causas do desequilíbrio externo estavam associadas a motivos diversos. De um lado, tinha-se o modelo de industrialização seguido pelo país, que, apesar de ter acarretado uma queda global do coeficiente de importações, produziu uma pauta de importações extremamente inflexível, composta por itens que, se deixassem de ser importados, impactariam de imediato no desempenho da economia, como é o caso de máquinas, equipamentos, combustíveis e, inclusive, determinados tipos de alimentos, como o trigo. Do outro, a modernização produtiva pela qual passou a economia brasileira não havia sido acompanhada por uma diversificação e complexificação de nossa pauta exportadora. Continuávamos a ser, essencialmente, uma nação exportadora de bens primários e altamente dependente das vendas internacionais do café, que ainda compunha, no final dos anos 1950, quase 60% do valor total das nossas exportações. E isso em um contexto em que os preços de commodities no mercado internacional deprimiam-se rapidamente, gerando forte deterioração dos termos de troca brasileiros. Na medida em que, como apontou Tavares (1973), o processo de industrialização substitutiva fechou-se no mercado interno, sem conseguir transbordar para exportações de itens de maior valor agregado, o estrangulamento externo da economia pairava como algo latente. Para piorar, a forma pela qual o país lidou com esse estrangulamento nos anos 1950, sobretudo durante a administração Juscelino Kubitschek (1956-1961), tendia a trazer maiores pressões de desequilíbrio no futuro. A rápida abertura para investimentos externos diretos, em especial no setor de bens de consumo duráveis, metaforizado pela criação e expansão da indústria automobilística, se resolvia o problema dos déficits em transações correntes no curto prazo, criava maiores pressões para o aumento desses déficits nos médio e longo prazos, na medida em que as empresas multinacionais que aqui se instalaram iriam, em pouco tempo, querer remunerar suas matrizes pelos investimentos que elas realizaram, enviando quantidades cada vez mais expressivas de lucros e dividendos para o exterior. Isso tudo sem contar o próprio processo de endividamento externo, que aumentou significativamente no quinquênio

juscelinista, apesar de seu principal problema não ter sido tanto o estoque da dívida, mas, sobretudo, seu perfil, marcado por prazos exíguos e juros altos.³

Do mesmo modo que o desequilíbrio externo, o desequilíbrio inflacionário passou a impor sérias dificuldades à economia brasileira. Até o final dos anos 1950, a inflação serviu como poderoso instrumento de acumulação de capital no Brasil, permitindo transferência de renda da classe trabalhadora à classe empresarial e ao Estado. A partir do início dos anos 1960, porém, o ritmo de aumento do nível geral de preços começou a ultrapassar patamares funcionais para a própria continuidade do processo de crescimento. Um exemplo claro nesse sentido é a intensificação do conflito capital-trabalho, motivada pelas perdas reais de salários dos trabalhadores. As greves urbanas intensificam-se entre fins da década de 1950 e início da de 1960, prejudicando o ritmo de funcionamento de vários setores da economia. Dificuldades de financiamento, em razão da instabilidade inflacionária, também passam a ser cada vez mais intensas. Apesar das causas da inflação terem sido (e ainda são, em certo grau) motivo de forte controvérsia entre economistas e cientistas sociais – alguns enfatizando aspectos estruturais da alta de preços, sobretudo à inflexibilidade da oferta de alimentos na economia e a existência de oligopólios em setores-chave, enquanto outros ressaltando aspectos monetários, como a excessiva expansão dos meios de pagamento –, existe relativo consenso de que uma de suas causas estava no alto nível de déficit público que o Estado brasileiro passara a apresentar ao longo dos anos 1950, puxado pela crescente necessidade de investimentos infraestruturais (setores de energia e transportes, sobretudo), sem que esse padrão de despesas tivesse sido acompanhado por uma elevação proporcional do nível de receitas. Daí o porquê de o tema da reforma ter sido objeto de acaloradas discussões no período. O problema era saber quem pagaria por essa reforma: se os pobres, como historicamente ocorre no Brasil, ou a classe média e os ricos, com a implantação de uma estrutura tributária preponderantemente progressiva.

O governo Goulart, apesar de seu curto mandato, tentou implementar políticas para minorar os desequilíbrios externo e inflacionário da economia brasileira. Estudiosos reconhecem que a mais importante e

³ Para dados gerais sobre a economia brasileira no início dos anos 1960, ver Loureiro (2012, cap. 1) e Mesquita (1992, cap. 1).

simbólica dessas tentativas foi o chamado Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), formulado pelo então Ministro Extraordinário do Planejamento, Celso Furtado, ainda no final do interregno parlamentarista de Jango (1961-1963).⁴ O Plano Trienal, como o próprio nome sugere, pretendia ser uma espécie de programa econômico para os três anos finais da administração janguista, supostamente a ocorrer – como, de fato, o plebiscito de janeiro de 1963 confirmaria – dentro de uma institucionalidade presidencialista. Em termos gerais, o Plano visava, como o próprio texto afirma, planejar a “estabilidade sob condições de crescimento”, ou seja, manter o crescimento médio da economia dos anos anteriores (em torno de 7% ao ano) ao mesmo tempo em que visaria reduzir gradativamente a espiral inflacionária, rebaixando-a de 50% a.a. em 1962 para 25% em 1963 e, finalmente, para 10% em 1965. O fato de o Plano admitir uma inflação de dois dígitos mesmo após três anos de medidas de estabilização tinha como intuito impedir que o crescimento fosse afetado. Para um país cuja população crescia, em média, 2% ao ano, a manutenção de taxas mínimas de crescimento era vista como condição essencial para manter a estabilidade social, consolidar a democracia e permitir maior integração de parcelas da população aos frutos do desenvolvimento.

Para atingir os objetivos propostos, o Plano Trienal propunha a implementação de medidas de curto e médio prazos. Algumas dessas medidas, como a realização de determinadas reformas de base, entre as quais as reformas tributária, bancária, administrativa e agrária, apesar de vistas como fundamentais para o processo de crescimento, eram consideradas pauta do Congresso Nacional, em negociação com o Executivo, não sendo, portanto, objeto de análise mais extensa dos formuladores do Plano. Em termos de medidas de curto prazo, porém, coloca-se que a diminuição do ritmo de inflação da economia tornava imprescindível a contenção do déficit público, a ser atacado por políticas de corte de gastos e de aumento de receitas, e a importância da renegociação dos compromissos externos e da obtenção de ajuda financeira internacional, a fim de impedir que os débitos brasileiros no exterior obstaculizassem a continuidade de importações

⁴ Para trabalhos sobre o Plano Trienal, ver Abreu (1990, p. 206-209); Bastian (2013); Figueiredo (1993, p. 92-112); Fonseca (2004); Loureiro (2010; 2013a); Macedo (1987, p. 52-67); Mesquita (1992, p. 165-236); Monteiro (1999, p. 87-98); Silva (1992); Sochaczewsky (1991, p. 210-217); Sola (1998, p. 350-399); e Wells (1977, p. 221-228).

de bens e serviços tidos como mínimos para o prosseguimento do processo de crescimento. Estimativas mostravam que, apenas em compromissos financeiros internacionais, o Brasil deveria desembolsar US\$ 900 milhões em 1963, o que representava mais da metade do valor total das exportações brasileiras do ano anterior. Era evidente que sem ajuda externa o país não conseguiria cumprir esses pesados compromissos e, concomitantemente, manter o ritmo de crescimento da economia. Daí a centralidade que as negociações financeiras internacionais tinham para o governo Goulart em 1963, em particular com os Estados Unidos, que eram à época o nosso principal credor, juntamente com instituições bancárias privadas norte-americanas. Apesar dessa centralidade, ainda não poucos os trabalhos que se debruçaram sobre tal aspecto. A maioria absoluta dos trabalhos focados no Plano Trienal foi elaborada por economistas e cientistas políticos cuja preocupação centrou-se nos aspectos domésticos que inviabilizaram a continuidade do Plano, entre os quais os conflitos entre os poderes Executivo e Legislativo, a inadequação do instrumental de política econômica disponível aos formuladores políticos do período e, sobretudo, como fruto de trabalhos mais recentes, a intensificação do conflito distributivo na sociedade, que teria imposto limites estruturais ao governo na aplicação de medidas de estabilização. Embora esses aspectos sejam, de fato, importantes – sobretudo o último, a nosso ver –, a falência do Plano Trienal torna-se ininteligível sem uma análise mais detida das negociações financeiras internacionais, sobretudo entre Brasil e Estados Unidos, e entre Brasil e organismos financeiros multilaterais, entre os quais o Fundo Monetário Internacional (FMI). Não teremos condições aqui, em razão de limitação de espaço, de explorar o tema adequadamente. O que se fará tão somente é indicar, em linhas gerais, quais teriam sido as características mais importantes desse processo de negociação, remetendo os leitores interessados a outras de nossas publicações, onde tivemos condições de explorar esse tema de modo mais pormenorizado.⁵

A pergunta fundamental que devemos fazer para analisar a negociação financeira entre Brasil e Estados Unidos no contexto do Plano Trienal é a de compreender qual teria sido o posicionamento do governo norte-americano diante das demandas financeiras brasileiras. Será que

⁵Ver, por exemplo, Loureiro (2013a; 2013b; e 2014).

o governo Kennedy (1961-1963) teria assumido uma postura de boicote aberto à administração Goulart, utilizando-se da oportunidade do estrangulamento externo vivido pelo Brasil para aguçar conflitos e contradições na sociedade brasileira? Ou será que Washington teria se mostrado aberto ao diálogo? Neste último caso, caso a resposta seja positiva, quão abrangente teria sido essa ajuda norte-americana ao Brasil? Quais teriam sido as condicionalidades impostas e até que ponto tais condicionalidades poderiam ter sido realisticamente implementadas pelo governo Goulart, dada a complexa conjuntura doméstica nacional? Possíveis respostas a essas perguntas pressupõem, antes de tudo, a compreensão do modo pela qual evoluíram as relações entre Brasil e Estados Unidos ao longo da administração janguista. Só a partir daí é que será possível contextualizar o posicionamento norte-americano perante o Brasil no crucial período de negociações financeiras em Washington.

A percepção que autoridades do governo norte-americano tinham de João Goulart já era bastante negativa muito antes de Jango assumir a presidência da República em setembro de 1961. Desde o período em que fora ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, entre 1953 e 1954, Goulart era visto como um político pernicioso, sobretudo devido à sua estreita colaboração com comunistas e nacionalistas radicais no meio sindical.⁶ Essa perspectiva consolidou-se na segunda metade dos anos 1950, quando Jango tornou-se vice-presidente da República, primeiro de Juscelino Kubitschek e, depois, de Jânio Quadros. Foi nesse contexto que sindicalistas trabalhistas e comunistas estreitaram ainda mais seus laços no plano sindical – sob beneplácito de Jango, então presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) –, ganhando eleições em várias federações de trabalhadores e começando, inclusive, a ameaçar o domínio de lideranças historicamente pelegas nas direções das principais confederações do país, como a da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). A surpreendente renúncia de Jânio Quadros do poder, em fins de agosto de 1961, abriu uma enorme crise político-militar no país, em razão do veto dos ministros militares ao nome de Jango para a presidência da República, apesar de Goulart ser o sucessor constitucional ao posto. O posicionamento norte-americano durante a crise é interessante. Apesar de

⁶ Para maiores informações nesse sentido, ver Loureiro (2012, cap. 6).

Washington ter acabado de ratificar à época a famosa carta de Punta del Este – carta esta que havia consolidado os princípios do programa de ajuda econômica do governo Kennedy à América Latina, a chamada “Aliança para o Progresso”, que incluía a necessidade de respeito à democracia pelos países latino-americanos como pré-condição para o recebimento de auxílio financeiro –, o presidente Kennedy chegou a considerar o envio de apoio logístico e armado aos militares golpistas. Ao perceber, porém, que o grupo não detinha apoio suficiente nas Forças Armadas e, sobretudo, na sociedade, Washington recuou, mantendo postura pública de neutralidade.⁷

A partir do momento em que Jango assumiu a presidência, no interior de um quadro institucional parlamentarista, o posicionamento de Washington tornou-se menos confrontacional, apesar de claramente ter mudado de tom quando comparado às condições favoráveis com as quais tratou a breve administração Quadros. Os recursos financeiros que tinham sido prometidos para Quadros em maio de 1961 foram, em grande medida, autorizados, mesmo que sob condições distintas e de forma gradual, a fim de manter a administração Goulart próxima a Washington em termos políticos. De toda forma, entre setembro de 1961 e abril de 1962, os Estados Unidos liberaram US\$ 224 milhões para o governo brasileiro para fins de regularização da balança de pagamentos, ou seja, mais de 66% do crédito novo que havia sido negociado pelo governo Quadros em maio de 1961, o que constituiu soma apreciável. A partir de meados de 1962, porém, a postura de Washington com relação ao Brasil mudou, tornando-se mais dura. Créditos remanescentes do pacote de maio foram congelados, enquanto governadores opositores começavam a receber apoio financeiro sistemático da Aliança para o Progresso. Ao que tudo indica, as manobras políticas de Jango para enfraquecer o sistema parlamentarista, sobretudo a utilização de pressão sindical e militar para forçar o Congresso a aprovar a antecipação do plebiscito do presidencialismo de meados de 1965 para janeiro de 1963, teriam sido determinantes para que altos círculos políticos em Washington concluíssem que Jango estaria disposto a manter relações pragmáticas com grupos comunistas, sobretudo no meio sindical, para atingir objetivos políticos, o que era considerado inaceitável pelo governo Kennedy. Apesar do endurecimento da posição de Washing-

⁷ As informações a seguir, caso não seja apontado diferente, baseiam-se em Loureiro (2012, cap. 7; e 2013b).

ton, o objetivo norte-americano ainda não era, primordialmente, o de derrubar o presidente brasileiro. Essa era uma opção que estaria “nas cartas”, segundo o embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, mas não a principal. O objetivo central a partir de então era o de fortalecer grupos “democráticos” dentro do Brasil (isto é, grupos conservadores e pró-Estados Unidos), a fim de obrigar Goulart a dialogar com essas forças, moderando posicionamentos políticos da administração janguista.

É exatamente nesse contexto que o Plano Trienal é formulado. Após um semestre de congelamento de auxílios, a situação financeira do Brasil havia se tornado crítica. O governo Kennedy tinha consciência da centralidade da ajuda norte-americana para a viabilização do Plano, e decidiu enviar uma equipe de especialistas ao Brasil em outubro de 1962 para decidir qual rumo tomar. As conclusões da chamada comissão Drapper foram altamente desfavoráveis. O presidente da comissão, o general William Drapper, recomendou a Kennedy não contribuir com o Plano Trienal, já que não só o Plano seria inadequado para conter a inflação (na medida em que seria excessivamente gradualista), como também o déficit potencial do Brasil em 1963 (US\$ 900 milhões) seria alto demais. Drapper imaginava que, sem ajuda, a situação socioeconômica do Brasil ficaria tão grave e instável que Goulart acabaria sendo derrubado por um golpe militar. O relatório da comissão gerou fortes debates entre as autoridades norte-americanas. O embaixador Lincoln Gordon, por exemplo, foi um dos que se posicionaram frontalmente contrário às conclusões do relatório. Gordon defendeu a viabilidade do Plano Trienal e a necessidade de ajudar o Brasil, dentro da perspectiva de que essa oportunidade deveria ser utilizada para forçar Goulart a adotar determinadas posturas de política econômica e a migrar para o centro do espectro político, rompendo vínculos com as esquerdas, sobretudo com os comunistas.

Esse debate chegou às altas instâncias do poder norte-americano. No início de dezembro de 1962, o Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos (“National Security Council”, NSC), formado pelas principais autoridades do país, entre as quais o presidente, o vice-presidente, os secretários de Defesa e do Estado, o chefe da Central de Inteligência, e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, discutiram qual deveria ser a atitude dos Estados Unidos diante do Brasil e, em particular, diante do

pedido de ajuda financeira brasileira a Washington (ainda não formalizado, mas já certo). Entre as opções debatidas, duas se destacam: colaboração com grupos golpistas para gerar a queda de Goulart, ou utilizar a oportunidade de ajuda financeira ao Brasil para mudar a orientação política e econômica do governo brasileiro. Escolheu-se a segunda opção, apesar de ter sido enfatizado que, a depender das circunstâncias, os Estados Unidos poderiam mudar de atitude, passando a colaborar abertamente para retirar Goulart do poder. A fim de deixar claro ao presidente brasileiro que ele se encontrava em uma situação limite, decidiu-se enviar um representante do alto escalão político do governo Kennedy para apresentar claramente as demandas do que era considerado por Washington fundamental para ser cumprido pelo Brasil. O escolhido foi nada mais nada menos do que o secretário de Justiça e irmão do presidente norte-americano, Robert Kennedy. O encontro ocorreu no dia 18 de dezembro de 1962. Numa reunião de cinco horas, Bob Kennedy, acompanhado pelo embaixador Lincoln Gordon, deu o recado a Goulart: os Estados Unidos queriam que o Brasil adotasse uma política econômico-financeira capaz de debelar a inflação e ratificada pelo FMI, respeitasse a propriedade de empresas estrangeiras (sendo que, no caso de desapropriações, fossem pagas indenizações que representassem o valor de mercado dos bens dessas empresas) e, sobretudo, rompesse com os comunistas e com elementos da extrema esquerda, afastando-se desses grupos no plano sindical e exonerando funcionários e autoridades do governo brasileiro que estivessem a eles ligados. Apesar de tenso, o encontro foi levado por Goulart, na maior parte do tempo, de forma cordial, segundo relato do próprio Gordon. O fato é que Goulart recebeu um ultimato e provavelmente percebeu a situação em que estava. Tanto é que, como os fatos demonstrariam nos meses seguintes, ele cederia a muitas das demandas de Washington.

As evidências sugerem, portanto, que é muito complicado afirmar que o governo Kennedy teria procurado boicotar o Plano Trienal no final de 1962, minando a administração Jango e viabilizando grupos golpistas. As sugestões mais radicais do relatório Drapper não foram aprovadas pelo Conselho de Segurança Nacional norte-americano. Neste momento, a ala moderada – representada, entre outros, por Lincoln Gordon – havia vencido. Isso não significa, de forma alguma, que os Estados Unidos apoiavam

o governo Goulart ou, até mesmo, que Washington adotaria uma postura branda com relação à ajuda financeira ao Brasil. Mas, por outro lado, falar que conspiração e golpismo constituíam as primeiras opções norte-americanas nesse contexto não condiz com as evidências empíricas disponíveis. Isso nos leva a perguntar: por que a via moderada venceu? Longe de representar alguma simpatia por Goulart, como já assinalamos, o que parece aqui é que a maior parte das autoridades norte-americanas não se sentiam suficientemente seguras para assumir os inevitáveis riscos políticos e econômicos de uma postura mais confrontacionista. Afinal de contas, não só os Estados Unidos possuíam enormes interesses materiais no Brasil (de investimentos de risco a relações comerciais), como uma esquerdização do Brasil, ou até uma ligação estratégica do Brasil com o bloco soviético, poderia ter consequências imprevisíveis para o hemisfério ocidental, dado o tamanho e a posição estratégica que o país ocupa na América do Sul. Uma postura preponderantemente golpista só poderia ser tomada quando Washington tivesse o mínimo de segurança de que um golpe pró-Occidente seria vitorioso. Ao que parece, Drapper achava que essas condições já existiam no final de 1962, mas ele constituía uma minoria, como havia sido demonstrado pela decisão da alta cúpula do governo Kennedy.

Se falar em posição golpista por parte dos Estados Unidos diante da administração Goulart no início de 1963 é exagero, deve-se reconhecer, por outro lado, que a postura do governo norte-americano com relação à ajuda financeira ao Plano Trienal foi bastante conservadora. É verdade que membros da administração Kennedy, como o próprio embaixador Lincoln Gordon, esforçaram-se por convencer funcionários do Fundo Monetário Internacional de que o Plano Trienal constituiria programa sério e que o Fundo deveria estar flexível para abrir novas negociações com o Brasil visando ao reestabelecimento de um *stand-by* (ou “acordo de reserva”). Mas essa postura pró-Brasil diante do Fundo tinha seus motivos e, sobretudo, seus problemas. A aprovação de um *stand-by* pelo FMI – como o é ainda hoje, *mutadis mutandis* – representava uma espécie de atestado de que a política econômica de um determinado país seria sólida o suficiente para corrigir desequilíbrios externos e conter a inflação. Não à toa, credores privados estrangeiros tendem a reintegrar países em condições financeiras frágeis no circuito do mercado de capitais internacional após terem a garantia

do FMI de que os mesmos seguirão as políticas determinadas pelo Fundo, o que significa, em última instância, que tais países provavelmente aumentarão a capacidade de pagamento de seus compromissos externos. Esse é um dos motivos pelos quais membros do governo Kennedy buscaram incentivar funcionários do Fundo a ver o Plano Trienal com bons olhos. Como maior credor do Brasil, Washington queria que o Brasil continuasse a ser um bom pagador. Além disso, um aval do FMI significaria que os Estados Unidos não teriam que arcar com os custos de socorro da economia brasileira sozinhos, já que, mesmo sendo os maiores interessados (por serem os maiores perdedores de um eventual calote do país e de uma radicalização da política nacional), seriam abertas condições para que outros países, entre os quais Japão e nações da Europa Ocidental, contribuíssem com a ajuda. Inclusive, contatos feitos por autoridades norte-americanas junto a governantes europeus (e logo repassados a funcionários do governo brasileiro) confirmaram que, no caso de um *stand-by* com o FMI, a Europa reabriria créditos ao Brasil no valor de US\$ 77 milhões, que tinham sido congelados quando do abandono do programa de estabilização do governo Quadros em meados de 1961.

Mas a condicionalidade de uma ajuda norte-americana ao fechamento de um acordo com o FMI também tinha, para além de seus motivos, alguns sérios problemas. A política econômica vista como necessária pelo Fundo para concluir um *stand-by* incluía medidas bastante severas, que dificilmente poderiam ser conciliadas com crescimento econômico no curto prazo, como estabelecia o Plano Trienal e como pregava o próprio programa de ajuda econômica norte-americana para a América Latina, a Aliança para o Progresso. Entre essas medidas, destacavam-se a necessidade de aplicação de um rígido ajuste fiscal, no sentido de cortar vários tipos de gastos públicos e incrementar receitas; a manutenção do câmbio em patamares realistas, o que significava desvalorizá-lo de acordo com o nível de inflação doméstica; e a implementação de uma política creditícia conservadora, controlando-se a expansão de crédito ao setor privado, principalmente a oferta de empréstimos das carteiras do Banco do Brasil. Vale lembrar que o Banco do Brasil era o maior banco comercial do país e uma instituição bancária que se utilizava de algumas de suas funções de banco central (que ele de fato possuía) para ampliar créditos ao mercado. Apesar

de o Plano Trienal prever cada uma dessas medidas para se controlar a inflação, logo se tornou claro que autoridades brasileiras e membros do Fundo discordavam quanto ao ritmo e, sobretudo, quanto à intensidade de aplicação dessas políticas. Enquanto funcionários do Fundo sugeriam políticas mais severas de corte de gastos, a adoção imediata de uma desvalorização do câmbio, e uma reforma institucional que retirasse poderes de banco central do Banco do Brasil – tudo isso visando atingir uma inflação de, no máximo, 10% após o primeiro ano e meio de Plano (ao invés dos 25% previstos pelo Trienal) –, autoridades brasileiras insistiam em posturas mais gradualistas, como forma de não tentar comprometer o ritmo de crescimento doméstico e o próprio sucesso da estabilização no médio prazo, já que tratamentos de choque contra a inflação tenderiam a aguçar conflitos sociais, podendo colocar tudo a perder e ameaçar a própria estabilidade política do regime.

De toda forma, se tivéssemos que caracterizar em poucas palavras o tipo de política econômica aplicada pelo governo Goulart no início do Plano Trienal, pode-se dizer que, se tal política foi bem menos ortodoxa do que membros do Fundo gostariam que fosse, por outro lado, ela esteve bem longe de ter sido uma política acomodatória. Ao contrário, nos primeiros meses do Plano, a administração Goulart tomou medidas bastante impopulares, deixando claro ao FMI e ao governo norte-americano que Brasília estava disposta a ceder. Exemplos simbólicos nesse sentido foram a minirreforma tributária aprovada no final de 1962, criada com o intuito de aumentar receitas; o anúncio do fim dos subsídios à importação de trigo e petróleo, realizada no início de 1963 e que provocou impacto imediato nos preços (tendo em vista a importância desses itens, respectivamente, para a alimentação da classe trabalhadora e para o transporte de bens, pessoas e serviços); e a aprovação, por meio de Instrução da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), de tetos nominais de expansão para as carteiras de crédito do Banco do Brasil, a fim de que a expansão de empréstimos acompanhasse o ritmo programado de aumento de preços para o ano. Como forma de controlar gastos, o governo também anunciou que o reajuste salarial para servidores públicos (inclusive militares) seria de 40% em 1963, o que revoltou líderes das categorias (dado que a inflação de 1962 havia superado a casa dos 50%), mobilizando inclusive líderes

sindicais da iniciativa privada, temerosos de que esse reajuste pudesse ser usado como parâmetro para todos os trabalhadores.

Para além dessas medidas de política econômica, o governo Goulart também cedeu em outras esferas importantes. Primeiro, fechou-se acordo para pagamento de indenização à subsidiária da empresa norte-americana “International Telephone and Telegraph” (ITT), que havia sido desapropriada pela gestão do governador Leonel Brizola (PTB) no Rio Grande do Sul no início de 1962. Dentro desse mesmo espírito, aceleraram-se trâmites para a compra de todas as subsidiárias da “American Foreign and Power” (AMFORP) no Brasil, como havia sido prometido pelo presidente Goulart ao presidente Kennedy em visita daquele a Washington em abril de 1962 (a AMFORP também havia tido uma de suas subsidiárias expropriadas pelo governador Brizola, em 1959). Segundo, o governo brasileiro moderou o tom de sua política externa, como ficaria claro pela ausência de apoio institucional à realização de um “Congresso de Solidariedade a Cuba”, ocorrido em Niterói em março de 1963. Terceiro, a administração Goulart demonstrou flexibilidade para negociar alterações na lei de limitação de remessas de lucros, que havia sido aprovada pelo Congresso Nacional em meados de 1962, com o intuito de torná-la mais palatável aos interesses empresariais estrangeiros. E, em quarto, tendo sido talvez a concessão mais importante, Jango iniciou claros movimentos para enfraquecer a principal central sindical de trabalhadores do país – o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), dentro da qual comunistas tinham considerável influência –, por meio do lançamento de uma central sindical alternativa, nomeada União Sindical dos Trabalhadores (UST) e formada por líderes sindicais sem vínculos com lideranças comunistas. Os membros da UST apoiaram decisivamente as medidas restritivas do Plano Trienal, justificando-as como necessárias para o fim da inflação, enquanto lideranças do CGT denunciavam o Plano como mais um programa do governo que estaria jogando os custos do ajuste financeiro sobre as costas dos trabalhadores (aqueles que menos condições teriam para fazê-lo), enquanto os empresários saíam relativamente menos prejudicados.

É dentro desse contexto, portanto, que se devem analisar as posturas norte-americanas com relação ao Plano Trienal. Se, de um lado, constitui exagero falar em boicote, na medida em que membros do gover-

no Kennedy, como o próprio embaixador Lincoln Gordon, procuraram convencer autoridades do FMI sobre a seriedade do Plano Trienal, para além do fato de que os Estados Unidos, quando da visita do ministro da Fazenda brasileiro a Washington, San Tiago Dantas, em março de 1963, comprometeram-se com um pacote de ajuda ao Brasil que não era de todo modesto (US\$ 398 milhões entre abril de 1963 e março de 1964, superando até o pedido de Dantas para 1963, que havia sido de US\$ 375 milhões), por outro lado, caracterizar tal postura como colaboracionista é enganoso. Isso porque, como assinalamos, curvar-se às recomendações de política econômica do FMI dificilmente poderia ser conciliado com as metas de crescimento do Plano Trienal e, sobretudo, na medida em que o pacote de ajuda ao Brasil aprovado pelos Estados Unidos em março de 1963 previa mínimas liberações imediatas (apenas US\$ 84 milhões dos US\$ 398 prometidos), estando condicionado, entre outras coisas, à aprovação de um *stand-by* entre Brasil e FMI, e à manutenção de uma linha política moderada pela administração Goulart. O problema é que o governo Goulart estava rapidamente perdendo sustentação doméstica, como a intensificação de greves, manifestações sociais e pressões empresariais contra as consequências do Trienal atestavam, sem que essa perda estivesse sendo contrabalançada por um inequívoco apoio da comunidade financeira internacional e do governo dos Estados Unidos ao Plano. Para piorar, mesmo a liberação da primeira parcela do pacote de ajuda norte-americana ao Brasil não foi isenta de condicionalidades. Para receber os US\$ 84 milhões iniciais, o governo brasileiro foi obrigado a aplicar uma maxidesvalorização cambial (de Cr\$ 475,00 para Cr\$ 600,00 por dólar) e, sobretudo, fechar um acordo com a AMFORP para a compra das subsidiárias da empresa no Brasil. Esse segundo aspecto foi bastante sensível porque o negócio estipulava que o valor da compra não poderia ser alterado, apesar de o governo não ter tido condições de conferir a veracidade do inventário de bens que a empresa apresentou antes da assinatura do acordo. Essa verificação seria feita *a posteriori*, apenas para comprovar, supostamente, que a contagem e os cálculos da empresa tinham sido feitos de forma correta.

Não por coincidência, os ataques contra o Plano Trienal intensificaram-se após o retorno da missão Dantas dos Estados Unidos. O fato de uma publicação norte-americana, “Hanson Latin American’s Letter”,

ter chamado o governo Goulart de “palhaço do hemisfério” por ter assumido uma compra milionária de subsidiárias de energia elétrica sem um inventário prévio dos bens dessas empresas aguçou ainda mais os ânimos, tendo membros progressistas do Congresso iniciado articulações para formação de Comissões Parlamentares de Inquérito para investigar o caso e ainda ameaçado abrir processo de *impeachment* contra Jango caso o presidente não recuasse do acordo. Foi nesse mesmo contexto que o próprio Congresso Nacional, pressionado pelas lideranças e bases do movimento sindical dos servidores públicos, aprovou aumento de 70% para os salários da categoria (ao invés dos 40% iniciais propostos pelo governo), deixando Goulart em uma situação ainda mais difícil, na medida em que o veto à lei o isolaria ainda mais junto às lideranças dos trabalhadores, enquanto sua aprovação diminuiria muito as chances de um acordo com o FMI, visto como um condicionante pelo governo norte-americano para a liberação da maior parte dos recursos negociados em Washington. No final das contas, Goulart decidiu não contrariar o Congresso Nacional, ratificando os 70% de aumento salarial para os servidores públicos.

A missão do FMI que visitaria o país em maio de 1963 encontraria um Plano Trienal já bastante enfraquecido, sobretudo em suas políticas fiscal, salarial e cambial (os subsídios às importações de trigo e petróleo tinham sido reintroduzidos). Apesar disso, o Plano estava longe de ser letárgico. Um apoio financeiro do Fundo ao Brasil, a partir do entendimento de que os desvios às metas programadas teriam sido ajustes necessários diante do alto grau de contestação doméstica, poderia ter dado nova vida ao programa. Mais uma vez, autoridades norte-americanas tentaram convencer membros do Fundo a serem parcimoniosos em suas conclusões, para evitar a falência da tentativa de estabilização. O máximo que conseguiram foi a garantia de que o FMI concederia um aporte de recursos ao Brasil (US\$ 60 milhões) como compensação pela deterioração dos termos de troca sofrida pelo país em 1962. Essa era a primeira vez que o Fundo dava um tipo de auxílio como esse, cujo modelo havia sido aprovado pela diretoria da instituição em fevereiro daquele ano. Quanto ao *stand-by*, porém, integrantes do FMI deixaram claro que, dada a deterioração das metas do Plano Trienal e dada a negligência do governo brasileiro quanto às mudanças consideradas necessárias no programa, apresentadas formal-

mente pelo Diretor-Executivo do FMI ao ministro Dantas em Washington em março de 1963, não haveria a menor possibilidade de um acordo ser assinado entre as partes. Isso significava que os créditos de agentes privados internacionais continuariam bloqueados ao Brasil, assim como linhas de empréstimo de governos europeus. Membros do Fundo deixaram a entender também a autoridades norte-americanas que a melhor saída para o caso brasileiro seria a construção de uma moratória negociada junto aos credores, tendo em vista a falta de capacidade do Brasil de cumprir seus compromissos externos em 1963. Por motivos políticos, que fogem ao escopo deste ensaio aprofundar, Washington não considerou a saída viável naquele momento. O governo Kennedy decidiu que, a partir de então, dinheiro novo ao Brasil também estaria bloqueado. A administração Goulart não só não havia conseguido fechar um acordo com o FMI, como também estava titubeando em concretizar o acordo com a AMFORP, o que, caso ocorresse, simbolizaria uma quebra de contrato. Apesar disso, Washington se manteria disposta a rolar débitos pontuais do Brasil junto a instituições norte-americanas. A última coisa que o governo Kennedy queria era dar oportunidade para Goulart decretar moratória sob a justificativa de intransigência estadunidense, angariando a opinião pública brasileira por meio de posturas nacionalistas e antiamericanas.

Em meados de 1963, diante da falência das principais negociações financeiras entre o Brasil e seus mais importantes credores, o governo Goulart passou a relaxar cada vez mais as metas de austeridade do Plano Trienal. Junto com isso, vieram também no segundo semestre daquele ano o gradual abandono por parte do presidente brasileiro dos compromissos assumidos implicitamente com a administração Kennedy, a partir do ultimato dado por Bob Kennedy a Jango. Em primeiro lugar, a colocação do acordo com a AMFORP em espera, o que na prática significava o seu descumprimento, já que o memorando de entendimento entre as partes já havia sido assinado; em segundo, a intensificação de uma retórica de política externa independente, em apoio aos países subdesenvolvidos e à autodeterminação dos povos; e, em terceiro, o abandono da proposta de uma central sindical moderada e isenta de ligações com comunistas (a UST), substituída por uma política de reaproximação do presidente junto ao CGT, com lideranças e práticas mais à esquerda do espectro político

e com fortes ligações com elementos comunistas. Essa guinada do comportamento de Jango provocaria uma última alteração na política externa norte-americana, já prevista no final de 1962 em caso de falência da tentativa de mudança das orientações econômicas e políticas do governo Goulart. A partir de meados para o final de 1963, o governo Kennedy – e, depois, a administração Lyndon Johnson (1963-1969) – passaria a buscar sistematicamente a queda de Jango, boicotando o governo brasileiro seja direta, seja indiretamente, e contribuindo na articulação de grupos golpistas contra o presidente brasileiro. Esses esforços seriam coroados com o golpe civil-militar de 1964.

A pergunta que paira no ar refere-se ao porquê de os governos Kennedy e Goulart não terem chegado a um acordo quando da tentativa de implementação do Plano Trienal no primeiro semestre de 1963. Se Jango cedeu em tantos aspectos, por que essas concessões não foram suficientemente fortes para fazer com que Washington ajudasse a economia brasileira, independente da aprovação de um *stand-by* pelo FMI ou da concretização de um acordo de compra com a AMFORP? Será que o governo norte-americano estava sendo tão guiado por interesses econômicos curto-prazistas (garantia do pagamento de dívidas e respeito a propriedades estadunidenses) que decidiu priorizá-los acima de possíveis riscos estratégicos, supondo-se aqui um acirramento das relações entre Brasil e Estados Unidos que poderia gerar consequências mais sérias em termos das relações bilaterais? Apesar de não acharmos que temos condições de dar uma solução inequívoca para essa pergunta, deve-se dizer que as evidências sugerem que a resposta é não. Certamente interesses e pressões de grupos econômicos exerceram algum papel na determinação da política norte-americana, mas não parecem terem sido nem os únicos e, nem mesmo, os fundamentais. Por mais que a implementação de um programa econômico ortodoxo de combate à inflação e que o pagamento de indenizações de mercado a empresas norte-americanas expropriadas fossem aspectos que favoreceriam grupos econômicos dos Estados Unidos, a comunicação entre o Departamento de Estado e a Embaixada norte-americana no Rio de Janeiro mostra que, para além dessa questão, Washington via na perseguição dessas políticas um meio (e não só um fim) para forçar o presidente Goulart a romper com as esquerdas no plano doméstico, sobretudo com os

comunistas e com os nacionalistas radicais. Em outras palavras: na medida em que grupos de esquerda considerariam inaceitável a implementação de um programa econômico conservador e o pagamento de indenizações integrais a empresas estadunidenses por parte do presidente (como, de fato, consideraram, vide a enorme pressão sofrida por Jango das esquerdas no primeiro semestre de 1963), Goulart teria que fazer uma escolha: ou cumprir o programa demandado pelos Estados Unidos *in totem*, mostrando que poderia ser um governante “confiável” aos olhos de Washington, ou continuaria na linha da conciliação, cumprindo parte do programa mas mantendo ligações com determinados grupos de esquerda, sinalizando, assim, que não mereceria mais nem a mínima confiança do governo Kennedy. É evidente que uma postura tão inflexível por parte dos Estados Unidos só era possível porque Washington sabia que no mundo bipolar do início dos anos 1960 a União Soviética não tinha condições de substituir no curto-prazo a ajuda norte-americana ao Brasil (isso em se supondo um rompimento entre Brasil e Estados Unidos), o que levaria a economia brasileira ao colapso. A atitude norte-americana frente ao Plano Trienal envolvia, sem dúvida, uma dose de risco, mas era um risco calculado e que, no final das contas, com o golpe civil-militar de 1964, desaguou em final favorável aos interesses norte-americanos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de P. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 197-211.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BASTIAN, Eduardo. O PAEG e o Plano Trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 139-166, jan./mar. 2013.

BLACK, Jan Knippers. *United States Penetration of Brazil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977.

DREIFUSS, Rene A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FONSECA, Pedro Dutra. Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 587-622, jul./set. 2004.

LOUREIRO, Felipe. Relativizando o leviatã: empresários e política econômica no governo Jânio Quadros. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 561-585, 2010.

LOUREIRO, Felipe. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)*. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LOUREIRO, Felipe. Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 2 (48), p. 547-576, ago. 2013a.

LOUREIRO, Felipe. O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963). *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 33, n. 4 (133), p. 671-691, 2013b.

LOUREIRO, Felipe. Alliance for or against progress? U.S.-Brazilian financial relations in the early 1960s. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 46, n. 2, p. 323-351, May 2014.

MACEDO, Roberto. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-1965. In: LAFER, Betty (Org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 52-67.

MESQUITA, Mário. *1961-1964: a política econômica sob Quadros e Goulart*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1992.

MONTEIRO, Sérgio. *Política econômica e credibilidade: uma análise dos governos Jânio Quadros e João Goulart*. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos de golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PARKER, Phyllis. *Brazil and the quiet intervention, 1964*. Austin: University of Texas Press, 1979.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVA, Ricardo. *Política e política econômica na crise do início dos anos sessenta: o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

SOCHACZEWSKY, Antônio. *Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil (1952-1968)*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.

SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas*. São Paulo: Edusp, 1998.

TAVARES, Maria C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: TAVARES, Maria da C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 27-124.

WELLS, John. *Growth and fluctuations in the brazilian manufacturing sector during the 1960's and the early 1970's*. Cambridge: Cambridge University, 1977.